Fasul Educacional EaD
Rua Dr. Melo Viana, nº. 75 - Centro - Tel.: (35) 3332-4560
CEP: 37470-000 - São Lourenço - MG

FASUL EDUCACIONAL
(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

INTELIGÊNCIA PRISIONAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTELIGÊNCIA PRISIONAL

DISCIPLINA:
GESTÃO DE CONHECIMENTO, INTELIGÊNCIA E CONTRAINTELIGÊNCIA
RESUMO
No atual cenário, o aprendizado ao longo da vida tornou-se essencial para a sustentabilidade e o melhor posicionamento das organizações. Atuando como principal catalisador da gestão da informação, do conhecimento e da inovação corporativa, o aprendizado vem se constituindo em sua melhor estratégia. No tocante às pessoas nesse contexto, representa uma chave para sua integração na sociedade e seu sucesso no mercado de trabalho.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
O MACROAMBIENTE DE NEGÓCIOS
EMPRESAS MULTINACIONAIS
GLOBALIZAÇÃO E A NOVA FORMA DE FAZER NEGÓCIOS
E A GESTÃO DO CONHECIMENTO COM ISSO?
PAÍSES EMERGENTES

AULA 2
A PRIMEIRA ONDA DE CONHECIMENTO
A NOVA DINÂMICA TECNOECONÔMICA
A SEGUNDA ONDA DE CONHECIMENTO
PRINCÍPIOS DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO
A TERCEIRA ONDA DE CONHECIMENTO

AULA 3
INOVAÇÃO: A CHAVE DO SUCESSO NA NOVA ERA INDUSTRIAL
ACESSO E COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO
INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO PARA A CRIAÇÃO DE INOVAÇÕES
CAPITAL INTELECTUAL
CAPACITANDO A INOVAÇÃO DENTRO DA EMPRESA

AULA 4
A GESTÃO DO CONHECIMENTO
DADO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: COMO GERENCIAR
DE ONDE VEM A GESTÃO DO CONHECIMENTO
CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO
TIPOS DE CONHECIMENTO

AULA 5
APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL
GESTÃO ESTRATÉGICA PARA O CONHECIMENTO
COMPETÊNCIA ORGANIZACIONAL
GESTÃO ESTRATÉGICA DO CAPITAL INTELECTUAL
CONHECIMENTO E VANTAGEM COMPETITIVA

AULA 6
BUSINESS INTELLIGENCE

PROCESSO DECISÓRIO E GESTÃO DO CONHECIMENTO
DATA WAREHOUSE E DATA MINING: FERRAMENTAS DE BI
MARCA: O ASPECTO INTANGÍVEL DO CONHECIMENTO
ADMINISTRAÇÃO DA INCERTEZA: A ORGANIZAÇÃO COMO SISTEMA DE TOMADA DE DECISÃO

BIBLIOGRAFIAS

- PAÍSES emergentes. Wikimedia, s/d. Disponível em: goo.gl/wfJ6I9.
- EVOLUÇÃO Índice Ibovespa: 1994 - jul 2009, Bolsa de Valores de São Paulo. Wikipédia, 5 ago. 2009. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ibovespa.png.
- IAMIN, G. P. Negociação: conceitos fundamentais e negócios internacionais. Curitiba: Intersaberes, 2016.

DISCIPLINA:
FUNDAMENTOS DE CRIMINOLOGIA

RESUMO

Nesta disciplina vamos falar sobre insegurança social, começando por alguns indicadores mundiais e nacionais, e veremos o que as ciências dizem a respeito desse complexo fenômeno da atualidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
AS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS
ELEMENTOS PSICOLÓGICOS ENVOLVIDOS
A SOCIOLOGIA E A TRANSITORIEDADE DAS RELAÇÕES
A VULNERABILIDADE SOCIAL

AULA 2
INTRODUÇÃO
CRIMINOLOGIA
CULPABILIDADE DO AGENTE CRIMINOSO
COMPORTAMENTO CRIMINOSO E APLICAÇÃO DA LEI PENAL
CUSTOS DA CRIMINALIDADE E ALGUMAS PERSPECTIVAS

AULA 3
INTRODUÇÃO
DOS REGIMES DE CUMPRIMENTO DE PENA
O ESTADO ATUAL DOS PRESÍDIOS
A VULNERABILIDADE NO CÁRCERE
ALGUMAS PERSPECTIVAS

AULA 4
INTRODUÇÃO
COMPORTAMENTO VIOLENTO E DIREITO PENAL
VIOLÊNCIA COMO FENÔMENO SOCIAL
CRIMINALIZAÇÃO E MEDIDA DE CULPABILIDADE
VULNERABILIDADES
AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL II
CULPABILIDADE
EXCLUDENTES CRIMINAIS
CRIMINALIDADE E CRIMINALIZAÇÃO

AULA 6
INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL (II)
ALGUNS ELEMENTOS DE PSICANÁLISE
REINCIDÊNCIA
RESSOCIALIZAR É PRECISO

BIBLIOGRAFIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V. Tradução de Aristides Volpato Cordioli, Cristiano Tschiedel Belém da Silva, Ives Cavalcante Passos, Christian Kieling e Mário Tregnago Barcellos. Porto Alegre: Artmed, 2014. 5. ed.
- ARAÚJO, Á. C.; NETO, F L. A nova classificação americana para os transtornos mentais – o DSM-5. Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva. São Paulo, v. 16, n. 1, 2014.
- VIANA, M. de B. Mudanças nos conceitos de ansiedade nos séculos XIX e XX: da "angstneurose" ao DSM-IV. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

DISCIPLINA:
INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA

RESUMO

A tecnologia permeia nossas vidas. Diariamente, utilizamos diversas tecnologias, seja no trabalho, no lazer, na comunicação com as pessoas, nos estudos e, evidentemente, em nossa segurança, seja pessoal ou pública. O domínio sobre as aplicações e a compreensão de suas limitações trará ao profissional de segurança pública a capacidade de análise necessária para posicionar-se diante das demandas diárias da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
MONITORAMENTO E VÍDEOVIGILÂNCIA
TECNOLOGIAS DE COMPRESSÃO
ANÁLISE DE CONTEÚDO DE VÍDEO
ARMAZENAMENTO DE IMAGENS

AULA 2
INTRODUÇÃO
SOFTWARES DE APOIO INVESTIGATIVO
BIG DATA E ANÁLISE DE DADOS
OPERAÇÕES COM DRONES
CONTRAMEDIDAS E RADARES DE PROTEÇÃO

AULA 3
INTRODUÇÃO

CONTRAMEDIDAS TECNOLÓGICAS
AS REDES SOCIAIS E APLICATIVOS
A INTERNET DAS COISAS (IOT)
APLICANDO SOLUÇÕES

AULA 4
INTRODUÇÃO
FUSÃO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
APLICATIVOS MÓVEIS
PLATAFORMAS DE INTEGRAÇÃO
CENTROS DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA

AULA 5
INTRODUÇÃO
FERRAMENTAS DE MINERAÇÃO DE DADOS
DEEP LEARNING
APLICAÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA
ESTUDO DE CASOS

AULA 6
INTRODUÇÃO
BIOMETRIA FACIAL E A MULTIDÃO
RASTREAMENTO DE ATIVOS E PESSOAS
PLATAFORMAS DE GESTÃO
CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, C. A. B. Tecnologias aplicadas à segurança: um guia prático. Curitiba: InterSaberes, 2018.

DISCIPLINA:
FUNDAMENTOS DE CRIMINALÍSTICA

RESUMO

Este material veio para suprir uma lacuna e atender esta necessidade em um mercado carente de profissionais habilitados e qualificados para exercerem atividades investigativas. No caso, esta disciplina torna-se fundamental, pois ela auxilia ao aluno a compreender detalhes que possam lhe auxiliar numa investigação, tanto para executá-la quanto para complementá-la.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
PERÍCIA CRIMINAL E A CRIMINALÍSTICA
PROVA
CONCEITO DE LOCAL DE CRIME, ISOLAMENTO E PRESERVAÇÃO
DIVISÃO DOS LOCAIS DE CRIME
TIPOS DE LOCAIS DE CRIMES

AULA 2
INTRODUÇÃO
O PROCESSO PAPILOSCÓPICO

A PAPILOSCOPIA COMO FORMA DE IDENTIFICAÇÃO
A ESTRUTURA DA PELE E A FORMAÇÃO DIGITAL
DA COLETA NA CENA DO CRIME AO LAUDO PERICIAL
LEGISLAÇÃO ATUAL NA IDENTIFICAÇÃO

AULA 3
INTRODUÇÃO
NOÇÕES DE GRAFOTECNIA E AS LEIS DO GRAFISMO
CONCEITO DE ESCRITA E DOCUMENTO E AS SUAS CARACTERÍSTICAS
FRAUDES COM DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E IMAGENS
CHEQUES E OS PRINCIPAIS GOLPES COM DOCUMENTOS
IDENTIFICAÇÃO DE MOEDA FALSA: REAL

AULA 4
INTRODUÇÃO
TANATOLOGIA
TRAUMATOLOGIA
ASFIXIOLOGIA
TOXICOLOGIA
SEXOLOGIA

AULA 5
INTRODUÇÃO
O SISTEMA RENAVAM
NOÇÕES BÁSICAS SOBRE LIGAS METÁLICAS
S PRINCIPAIS TIPOS DE ADULTERAÇÕES EM VEÍCULOS
VISTORIA E INSPEÇÃO
O LAUDO PERICIAL CRIMINAL

AULA 6
INTRODUÇÃO
A CLASSIFICAÇÃO DAS ARMAS
A CLASSIFICAÇÃO DOS CALIBRES
OS TIPOS DE MUNIÇÕES EXISTENTES NO BRASIL
EXAME DE EFICIÊNCIA EM ARMAS E MUNIÇÕES
O EXAME DE CONFRONTO BALÍSTICO E O LAUDO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. Diário Oficial da União: Poder Executivo, Rio de Janeiro, 13 out. 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm.
- PORTAL EDUCAÇÃO. Criminalística e o perito criminal. Disponível em: https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/medicina/criminalistica-eo-perito-criminal/13592.
- LIPINSKI, A. C. Crime Organizado e a Prova Penal. Curitiba: Juruá, 2011.

DISCIPLINA:
GESTÃO PENITENCIÁRIA

RESUMO

Tanto na sociedade quanto no sistema penitenciário, é imprescindível a ordem e disciplina para que as relações e a convivência sejam harmônicas. No sistema prisional, manter a disciplina é um desafio, considerando o atual cenário brasileiro. Nesta disciplina vamos compreender a importância da Gestão Penitenciária, como estabelecer uma relação de respeito e harmonia com todos os envolvidos neste processo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA1
INTRODUÇÃO
INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E EXAME CRIMINOLÓGICO
DA ASSISTÊNCIA
DEVERES DO PRESO
DIREITOS DO PRESO

AULA 2
INTRODUÇÃO
FALTAS DISCIPLINARES GRAVES
DO PROCESSO DISCIPLINAR
REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO
REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO - INCONSTITUCIONALIDADE

AULA 3
INTRODUÇÃO
DO JUÍZO DA EXECUÇÃO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO CONSELHO PENITENCIÁRIO
DOS DEPARTAMENTOS PENITENCIÁRIOS
DO PATRONATO E DO CONSELHO DA COMUNIDADE

AULA 4
INTRODUÇÃO
DA PENITENCIÁRIA
DA COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR
DA CASA DO ALBERGADO E DO CENTRO DE OBSERVAÇÃO
DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO E DA CADEIA PÚBLICA

AULA 5
INTRODUÇÃO
POLÍTICAS SOCIAIS E A DELEGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESTADO NA GESTÃO PENITENCIÁRIA
TIPOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS À INICIATIVA PRIVADA
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO BRASIL E SUA PREVISÃO LEGAL
DELEGAÇÃO DA EXECUÇÃO DA PENA NA GESTÃO PENITENCIÁRIA: PRÓS E CONTRA

AULA 6
INTRODUÇÃO
REBELIÕES NO SISTEMA CARCERÁRIO E SUAS MOTIVAÇÕES
DA CASA DO ALBERGADO E DO CENTRO DE OBSERVAÇÃO
PERFIL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DE ACORDO COM O BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRESOS
DEFICIÊNCIAS NA GESTÃO OU ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, E O NÃO CUMPRIMENTO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

BIBLIOGRAFIAS
● MIRABETE, J. F. Execução penal: comentários à Lei n. 7.210, de 11-7-1984. 11. ed. Revista e atualizada, 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007. ● MIOTTO, A. B. Curso de ciência penitenciária. São Paulo: Saraiva, 1975. v.1. ● REALE JUNIOR, M. Novos rumos do sistema criminal. Rio de Janeiro: Forense, 1983. ● VALDES, C. G. Comentários a la legislación penitenciaria. 2. ed. Madrid: Civitas, 1982.

DISCIPLINA: TERRORISMO, NARCOTRÁFICO, ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E CRIMES DIGITAIS
RESUMO
O termo cibernética é conceituado como ramo da matemática que lida com problemas de controle, além da recursão de informações. Trata-se, ainda, da ciência da organização eficaz. Por essa razão, passa a ter grande significado para a globalização; fazendo com que surja, ainda, a denominada “sociedade do conhecimento” – também conhecida como nova economia ou, ainda, sociedade da informação. Seja como for, é inegável que presenciamos uma era de economia global e informacional. No atual modelo, a informação é tida como riqueza, poder e motor para o desenvolvimento e o bem-estar social. Dessa forma, a aldeia global de informação é caracterizada pela criação de diversos meios e ferramentas de comunicação, com o objetivo de aprimorar o padrão de vida.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 COMPREENDENDO A CIBERNÉTICA O CIBERCRIME EVOLUÇÃO DAS NOÇÕES DE CIBERCRIME SURGIMENTO DOS DELITOS INFORMÁTICOS NO BRASIL DADOS SOBRE O CIBERCRIME NO BRASIL **AULA 2** CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CRIME ORGANIZADO AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS COMPARAÇÕES COM OUTROS TIPOS DE CRIMINALIDADE CRIME ORGANIZADO E OUTRAS FORMAS DE DELINQUÊNCIA CARACTERÍSTICAS **AULA 3** O CONCEITO LEGAL DE CRIME ORGANIZADO A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA COMO CRIME AUTÔNOMO CAUSAS DE AUMENTO DE PENA E PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS O CRIME DE IMPEDIMENTO OU EMBARAÇAMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL CRIMES COMETIDOS NA INVESTIGAÇÃO E OBTENÇÃO DE PROVA **AULA 4** A INFILTRAÇÃO DE AGENTES POR MEIO VIRTUAL RELAÇÃO ENTRE INTERNET, DEEP WEB E DARK WEB A PROBLEMÁTICA NA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR BRASILEIRA NO ÂMBITO DOS CIBERCRIMES PROVAS E MEDIDAS CAUTELARES NOS CIBERCRIMES POSSÍVEIS SOLUÇÕES

AULA 5
INTRODUÇÃO
DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A LEGISLAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO
PRIMEIRO DOS MEIOS PROVA: COLABORAÇÃO PREMIADA
SEGUNDO MEIO DE PROVA: O AFASTAMENTO DO SIGILO DE DADOS FINANCEIROS, BANCÁRIOS E FISCAIS
TERCEIRO MEIO DE PROVA: COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES

AULA 6
INTRODUÇÃO
CYBERTERRORISMO
A SOCIEDADE CIBERNÉTICA
OS TERRORISTAS CIBERNÉTICOS
20 ANOS DE CRIMES E INTERNET NO MUNDO (1997-2017): OS FATOS MARCANTES

BIBLIOGRAFIAS

- ANTONELLI, H. L.; DE ALMEIDA, E. G. A internet e o direito: uma abordagem sobre cibercrimes. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_internet_e_o_direito_uma_abordagem_sobre_cibercrimes.pdf.
- NERY, C. L.; BITTENCOURT, M.; AZAMBUJA, M. M. B. A proteção de dados pessoais e a internet. Disponível em: http://www.tex.pro.br/home/artigos/258-artigos-dez-2013/6364-a-proteção-de-dados-pessoais-e-a-internet-the-personaldata-and-the-internet.
- D'URSO, L. A. F. Cibercrimes: perigo na internet. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/16,mi246585,101048-cibercrime+perigo+na+internet.

DISCIPLINA:
NEGOCIAÇÃO E GESTÃO DE CONFLITOS DE SEGURANÇA

RESUMO

As empresas de segurança cibernética e outras organizações privadas que se concentram na segurança, risco comercial e/ou análise de ameaças em todo o mundo publicam relatórios de tendências de crimes cibernéticos e/ou contra a segurança cibernética com base em incidentes históricos de segurança cibernética e seus tipos, frequência e impacto. Por exemplo, em 2018, o ransomware foi identificado como uma tendência de crimes cibernéticos, pela empresa TrendMicro. Com essa forma de crime cibernético, os sistemas de computador são infectados com código malicioso (malware) e os dados neles são disponibilizados como inacessíveis aos seus proprietários e/ou usuários legítimos até que uma taxa seja paga ao criminoso cibernético.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
DIREITO INTERNACIONAL E HARMONIZAÇÃO LEGAL
AS DIFICULDADES LEGAIS, ÉTICAS E OPERACIONAIS DO COMBATE AOS CIBERCRIMES
O PAPEL DA LEGISLAÇÃO ESPECIAL DE CIBERCRIMES NO DIREITO INTERNACIONAL
DIREITO INTERNACIONAL E HARMONIZAÇÃO LEGAL

AULA 2
INTRODUÇÃO
CONDUZINDO INVESTIGAÇÕES SOBRE CIBERCRIMES - PARTE 1
CONDUZINDO INVESTIGAÇÕES SOBRE CIBERCRIMES - PARTE 2
OBSTÁCULOS ÀS INVESTIGAÇÕES DE CIBERCRIMES
GESTÃO DO CONHECIMENTO

AULA 3
INTRODUÇÃO
DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO DE CIBERCRIME - PARTE 1
DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO DE CIBERCRIME - PARTE 2
DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DE TERCEIROS
TRATADOS INTERNACIONAIS DE CIBERCRIMES E OS DIREITOS HUMANOS

AULA 4
INTRODUÇÃO
ESTRATÉGIAS DE CIBERSEGURANÇA
CICLO DA ESTRATÉGIA DE CIBERSEGURANÇA NACIONAL
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA CIBERSEGURANÇA
POSTURA DE CIBERSEGURANÇA E O COMBATE AO CIBERCRIME

AULA 5
INTRODUÇÃO
MECANISMOS FORMAIS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
INSTRUMENTOS NACIONAIS E REGIONAIS
REQUERIMENTOS DE ASSISTÊNCIA MÚTUA
MECANISMOS INFORMAIS DE COOPERAÇÃO

AULA 6
INTRODUÇÃO
CAPACIDADE NACIONAL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO COMBATE AOS CIBERCRIMES NO BRASIL - PARTE 1
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO COMBATE AOS CIBERCRIMES NO BRASIL - PARTE 2
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO COMBATE AOS CIBERCRIMES NO BRASIL - PARTE 3

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, p. 2.391, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm.
- EUA – Estados Unidos da América. Comissão Federal de Comunicações. Communications Assistance for Law Enforcement Act. Washington, 24 mar. 2020. Disponível em: https://www.fcc.gov/public-safety-and-homelandsecurity/policy-and-licensing-division/general/communications-assistance.
- GREAT. Kaspersky Lab report: Evaluating the threat level of software vulnerabilities. Securelist, 1 fev. 2013. Disponível em: https://securelist.com/kaspersky-security-bulletin-2018-statistics/89145/.

DISCIPLINA:

PROJETO INTELIGÊNCIA E CONTRAINTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA

RESUMO

O surgimento dos primeiros computadores, sua evolução e o advento da internet foram, e ainda são, facilitadores da criação e do consumo exponencial da informação de uma maneira cada vez mais imediata. As novas tecnologias possibilitam que a expressão dos pensamentos, bem como das ideias das pessoas, floresçam em tempo real, criando assim um ciclo que envolve a produção e o consumo do que podemos considerar como informações cibernéticas (Cordeiro Viana e Silva; Bandeira, 2016).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
A CIBERNÉTICA
O ESPAÇO CIBERNÉTICO
CIBERCULTURA
CIBERCRIMES

AULA 2

INTRODUÇÃO
SEGURANÇA CIBERNÉTICA
PRIVACIDADE CIBERNÉTICA
MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE DE DADOS
A GESTÃO DA SEGURANÇA, PRIVACIDADE E INTEGRIDADE DE DADOS NO ESPAÇO CIBERNÉTICO

AULA 3

INTRODUÇÃO
COMPROMETIMENTO DA INTERNET
GOVERNANÇA
GOVERNANÇA NAS CORPORAÇÕES
RESILIÊNCIA, DISSUASÃO E DEFESA: A CIBERSEGURANÇA NAS CORPORAÇÕES

AULA 4

INTRODUÇÃO
POLÍTICA DE DEFESA CIBERNÉTICA BRASILEIRA
PARCERIAS INTERNACIONAIS
DOUTRINA MILITAR DE DEFESA CIBERNÉTICA (DMDC)

ESTRATÉGIA PARA GOVERNANÇA E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA CIBERNÉTICA NO BRASIL

AULA 5
INTRODUÇÃO
INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA, SEGURANÇA CIBERNÉTICA E CIBERGUERRA
SITUAÇÃO DO BRASIL NO TOCANTE À SEGURANÇA CIBERNÉTICA
O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA
QUESTÕES CRÍTICAS COM RELAÇÃO À SEGURANÇA CIBERNÉTICA

AULA 6
INTRODUÇÃO
DEFESA AMPLIADA CONTRA RAMSOMWARES
FALHAS DE SEGURANÇA NAS ESTRUTURAS DE PLATAFORMAS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM
PERSPECTIVAS DE SEGURANÇA NA INTERNET DAS COISAS (IOT)
PORTA ABERTA DOS APPS E RISCOS DA MOBILIDADE TOTAL

BIBLIOGRAFIAS

- LÉVY, P.; FRANCISCO, J. B.; OLIVEIRA, C. A emergência do cyberspace e as mutações culturais. Disponível em: http://www.caosmose.net/pierrelevy/aemergen.html.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Glossário das Forças Armadas. 2015. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35_g_01_glossario_ffaa_5_ed_2015.pdf.
- NETRANET. O que é integridade de dados? Disponível em: https://blog.netranet.com.br/o-que-e-integridade-de-dados/.

DISCIPLINA:
CRIMES CONTRA A PESSOA

RESUMO

Ao longo das próximas aulas abordaremos os crimes em espécie praticados contra a vida e a integridade física do sujeito, sua liberdade e honra, analisando questões controvertidas do direito penal em nosso sistema de justiça criminal. Começaremos nas primeiras aulas com a análise de aspectos relevantes sobre o crime de homicídio, passando pela contemplação dos tipo de feminicídio, infanticídio, aborto e genocídio. Abordaremos, então, o crime de lesão corporal, com ênfase no crime de violência doméstica. Em seguida, abordaremos os crimes de periclitação contra a vida e a saúde, como no caso de omissão de socorro e abandono de incapaz. Discutiremos o crime de rixa e os contra a honra, com os tipos de calúnia, injúria e difamação, e finalizaremos contemplando os crimes contra a liberdade individual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
HOMICÍDIO QUALIFICADO E CASOS DE DIMINUIÇÃO DE PENA
FEMINICÍDIO
HOMICÍDIO CULPOSO
A IMPORTÂNCIA DA CLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE HOMICÍDIO E SUAS IMPLICAÇÕES

AULA 2
INTRODUÇÃO

O CONFRONTO DA NORMA COM O EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO - EUTANÁSIA
INFANTICÍDIO
ABORTO
PRÁTICAS GENOCIDAS NO BRASIL

AULA 3
INTRODUÇÃO
LESÃO CORPORAL GRAVÍSSIMA
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE E CAUSAS DE AUMENTO, DIMINUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PENA
LESÃO CORPORAL CULPOSA E LESÃO CORPORAL QUALIFICADA POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - UM ESTUDO
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

AULA 4
INTRODUÇÃO
ABANDONO DE INCAPAZ
EXPOSIÇÃO E ABANDONO DE RECÉM-NASCIDO
OMISSÃO DE SOCORRO
MAUS TRATOS

AULA 5
INTRODUÇÃO
CALÚNIA
DIFAMAÇÃO
INJÚRIA
DISPOSIÇÕES COMUNS, EXCLUSÃO E RETRATAÇÃO

AULA 6
INTRODUÇÃO
AMEAÇA
SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO
REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA A ESCRAVIDÃO
TRÁFICO DE PESSOAS

BIBLIOGRAFIAS

- BITENCOURT, C. R. Tratado de Direito Penal. v. 2, 20. ed. Saraivajur, 2020.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência. 2020.
- FAVORETTO, A. C. Direito penal descomplicado. São Paulo: Rideel, 2015.

DISCIPLINA:
PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL E DO PROCESSO CRIMINAL

RESUMO

Para fins didáticos, o Direito, como conjunto de regras com vistas à disciplina da convivência social, pode ser estudado com base na acepção de norma jurídica (em sentido amplo). A norma jurídica, desse modo, seria composta por regras jurídicas (em sentido estrito) e princípios. Ao lado das regras jurídicas em sentido estrito, os princípios dão completude lógica ao sistema jurídico, dando lhe coerência ao ligar, pretensamente de modo harmônico, seus elementos normativos. É a estrutura jurídica que dá sistematicidade ao Direito como conjunto de regras, e ao Direito Penal e Processual Penal como ramos específicos das ciências jurídicas. Dessa forma, os princípios ocupam posição de destaque, essenciais para a elaboração, interpretação e aplicação da ordem jurídica positiva. Em outras palavras, a essencialidade do princípio o alça em importância para ser considerado na fase de elaboração da norma jurídica (fontes formais e materiais do Direito), bem como na fase da

vigência da mesma norma (hermenêutica jurídica, enquanto processo de interpretação para busca do sentido e alcance da norma objeto de interpretação)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
PRINCÍPIO DA IGUALDADE
PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL
PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

AULA 2
INTRODUÇÃO
PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (NÃO CULPABILIDADE, ESTADO DE INOCÊNCIA)
PRINCÍPIO DO PRIVILÉGIO CONTRA A AUTOINCRIMINAÇÃO
PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA
PRINCÍPIO DA VERDADE REAL OU MATERIAL

AULA 3
INTRODUÇÃO
PRINCÍPIO ACUSATÓRIO
PRINCÍPIO DO NE BIS IN IDEM
PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE
PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO

AULA 4
INTRODUÇÃO
PRINCÍPIO DA FRAGMENTARIEDADE
PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA
PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL
PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA

AULA 5
INTRODUÇÃO
PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE
PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PESSOAL
PRINCÍPIO DA LIMITAÇÃO DAS PENAS
PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL, DA LEGALIDADE OU DA ANTERIORIDADE

AULA 6
INTRODUÇÃO
PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE - 2ª PARTE
PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE E DA RETROATIVIDADE BENIGNA
PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO
CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- ÁVILA, H. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros, 2003.
- MARQUES, J. F. Elementos de direito processual penal. 2. ed. v. I-IV. Campinas: Millennium, 2000.
- OLIVEIRA, E. P. de. Curso de processo penal. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DISCIPLINA:
ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS E TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO

RESUMO

Vamos visualizar os tópicos principais da disciplina de Administração de Conflitos e Técnicas de Negociação. Trataremos de assuntos fundamentais das boas práticas para a gestão das pessoas e para as negociações, tanto profissionais, quanto pessoais. Iniciaremos pela fundamentação histórica e conceitual. Precisaremos primeiramente entender o conceito de alguns fenômenos que acontecem dentro dos contextos organizacionais. Para aprofundar esses assuntos, veremos o conceito de conflito e de negociação e os principais conflitos que surgiram ao longo da história. Esses conflitos foram por diversas razões étnicas, religiosas e/ou sociais. Após falaremos sobre o conceito de negociação e sua evolução. Entenderemos o surgimento dos conflitos na relação capital e trabalho e como se origina o conflito no sujeito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
O CONCEITO DE CONFLITO
OS PRINCIPAIS CONFLITOS AO LONGO DA HISTÓRIA
O CONCEITO DE NEGOCIAÇÃO
A EVOLUÇÃO DA NEGOCIAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA
O SURGIMENTO DO CONFLITO NA RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO

AULA 2
ORIGENS DOS CONFLITOS NOS SUJEITOS
A FAMÍLIA COMO GERADORA DE CONFLITOS
OS CONFLITOS INTRAPESSOAIS
OS CONFLITOS INTERPESSOAIS
OS TIPOS DE CONFLITOS

AULA 3
FATORES ORGANIZACIONAIS ENVOLVIDOS NA GERAÇÃO DE CONFLITOS
OS DIFERENTES CONFLITOS NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
A CONDUÇÃO DOS CONFLITOS NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL: A VISÃO DE CHARLES PERROW
O CUSTO DA MÁ GESTÃO DO CONFLITO NA ORGANIZAÇÃO
MUDANÇA DOS PARADIGMAS NA CONDUÇÃO DO CONFLITO

AULA 4
O PERFIL E O QUE SE ESPERA DO NEGOCIADOR
PLANO DE NEGOCIAÇÃO
TÁTICAS E TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO
NEGOCIAÇÃO INTEGRATIVA E DISTRIBUTIVA
QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS EM NEGOCIAÇÃO

AULA 5
O PROCESSO DE ARBITRAGEM
A MEDIAÇÃO E SEUS ESTÁGIOS
A CONCILIAÇÃO E A ÉTICA DO MEDIADOR
COMO EVITAR OS ERROS MAIS COMUNS NA NEGOCIAÇÃO
MAPAN É MELHOR ALTERNATIVA PARA UM ACORDO NEGOCIADO

AULA 6
CONTROLADORIA COMPORTAMENTAL E A ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS
OS NOVOS PARADIGMAS DA CONDUÇÃO DOS CONFLITOS
A APLICAÇÃO DA CRIATIVIDADE PARA A ADMINISTRAÇÃO DO CONFLITO
A GESTÃO DA ATENÇÃO APLICADA AOS CONFLITOS ORGANIZACIONAIS
A UTILIZAÇÃO DA TI PARA GESTÃO DE CONFLITOS

BIBLIOGRAFIAS

- GOLDIM, José Roberto. Conflito de Interesses na Área da Saúde. Disponível em: http://www.ufrgs.br/bioetica/conflit.htm.
- WACHOWICZ, Marta Cristina. Conflito e negociação nas empresas. Curitiba: Intersaberes, 2012.
- MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada. São Paulo: Atlas, 2010.

DISCIPLINA:
RESPONSABILIDADE CIVIL - CIBERCRIMES

RESUMO

A responsabilidade civil está intimamente relacionada ao desenvolvimento da relação entre seres humanos. Isso porque a palavra responsabilidade carrega consigo uma ideia de reequilíbrio, a fim de se restituir ou ressarcir eventual prejuízo decorrente de um ato considerado como lesivo a outrem. Em outras palavras, quando um indivíduo vem a praticar uma ação ou omissão que cause danos a terceiros, ele deverá ser responsabilizado pelas consequências desse ato ou omissão, o que deverá fornecer novamente equilíbrio para a balança social. Sendo assim, responsabilidade é um fenômeno social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL PURA
EVOLUÇÃO HISTÓRICA
PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL
EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL (EM PARALELO COM O DIREITO PENAL)

AULA 2
INTRODUÇÃO
QUANTIFICAÇÃO DO DANO
RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL
RELAÇÃO DA INTERNET E DA TECNOLOGIA COM O DIREITO
CRIMES INFORMÁTICOS NO MUNDO

AULA 3
INTRODUÇÃO

LIBERDADE DE EXPRESSÃO – ART. 2º
ANÁLISE DOS INCISOS DO ART. 2º
PRINCÍPIOS DO MARCO CIVIL DA INTERNET – ART. 3º
IMPORTÂNCIA DA INTERNET – ART. 6

AULA 4
INTRODUÇÃO
DIREITOS DO USUÁRIO DE INTERNET [PARTE 2]
PRIVACIDADE E LIBERDADE DE EXPRESSÃO – ART. 8º
PROCESSO LEGISLATIVO EM CRIMES INFORMÁTICOS
PRINCIPAIS MÉTODOS INFORMÁTICOS QUE PODERÃO SER CONSIDERADOS CRIMES

AULA 5
INTRODUÇÃO
PRIMEIRAS REFORMAS
CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES CIBERNÉTICOS
COMPETÊNCIA E LUGAR DO CRIME INFORMÁTICO
SURGIMENTO DA LEI N. 12.737 DE 2012 – LEI CAROLINA DIECKMANN

AULA 6
INTRODUÇÃO
INVESTIGAÇÃO
INJÚRIA, CALÚNIA E DIFAMAÇÃO NA INTERNET
INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO
EXPOSIÇÃO PORNOGRÁFICA

BIOGRAFIAS

- RAMIDOFF, M. L. Stalking: atos persecutórios obsessivos ou insidiosos: Lei Maria da Penha (11.340/2006), Lei Antibullying (13.185/2015) e Reforma Penal. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2017.
- SILVA, A. R. I. da (Org.). Crimes cibernéticos: racismo, cyberbullying, deep web, pedofilia e pornografia infantojuvenil, infiltração de agentes por meio virtual, obtenção de provas digitais, nova Lei Antiterrorismo, outros temas. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.
- TEIXEIRA, T. (Coord.). Direito das novas tecnologias: legislação eletrônica comentada, mobile law e segurança digital. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.